***Veja* e suas metáforas:** quando o político/ partidário deriva para o sindical

Patrícia Regina Schuster[1]

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática pela Universidade Federal de Santa Maria (RS). Bolsista Fapergs. Jornalista pela Universidade de Santa Cruz do Sul (RS). pati.jornalista@gmail.com.

Resumo

Este artigo propõe refletir sobre como as metáforas presentes no discurso da revista *Veja* são capazes de produzir derivas de sentido. Aqui, nosso foco recai sobre as opções discursivas desta publicação em uma reportagem veiculada no dia 04 de junho de 2008, que trata de um escândalo político envolvendo o deputado, e também sindicalista, Paulo Pereira da Silva. De posse do cabedal teórico da análise de discurso, de matriz francesa, verificamos que, escudada no recurso linguístico "metáfora", a publicação recupera e, ao mesmo tempo, aviva uma memória discursiva que termina por remodelar o acontecimento em questão. Na arena jornalística, são os sentidos que travam um verdadeiro embate entre os hemisférios político e sindical.

Palavras-chave

Metáfora, discurso jornalístico, sindicalismo, revista *Veja*.

Abstract

This article proposes to reflect on how the metaphors in the discourse of *Veja* magazine are capable of producing sense drifts. Here, the focus is on the discursive options for the publishing a report aired on June 4, 2008, which is a political scandal involving the congressman and unionism Paulo Pereira da Silva. Having the upper theoretical discourse analysis of French inclination, we understand that the referred publication, by resource of "metaphor" language, recovers, and at the same time, stirs a discursive memory resulting in the remodeling of the reported event. In the news arena, there is a real clash in meaning between the political and union hemispheres.

Keywords

Metaphor, journalistic discourse, unionism, *Veja* magazine.

No início da década de 1980, o movimento sindical agitou não só os mares políticos brasileiros, como deu conta de navegar, com uma frequência até então não vista, por diferentes plataformas midiáticas. Dali em diante, ele passou a ser figura cativa nos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão e sites noticiosos da internet. Os motivos? Vão das vigorosas greves ocorridas, sobretudo, antes da volta da democracia ao país, em 1985, passam pelas manifestações contra as privatizações, que inauguram ostensivamente o neoliberalismo em terras tupiniquins nos anos 1990, chegando aos escândalos promovidos pelo chamado neopeleguismo[2], instaurado a partir da década de 2000. Neste momento a personagem máxima do sindicalismo no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ascende ao poder.

É sobre um desses atos, capitaneados por Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical (uma das maiores centrais sindicais do país), que lançaremos um facho de luz. Observaremos, em linhas gerais, o modo como a mais importante revista informativa do cenário nacional, a revista *Veja*, discursivizou uma das ações protagonizadas pelo mencionado sindicalista e também deputado federal. Por sinal, é pelo viés da política/partidária que o assunto é abordado para respingar sentidos que são da órbita sindical.

Objetivamos manter nosso foco, especificamente, nas metáforas utilizadas pelo veículo analisado e questionar quais suas implicações para o discurso jornalístico. Para tanto, iniciaremos o trabalho concentrando nossas atenções em derivas/deslizes. Procuraremos refletir como se dá esse processo de movimentação de sentidos no discurso de uma forma geral. Na sequência, nos deteremos sobre as metáforas, efeito nato dessa dinâmica fluída dos sentidos. Estabeleceremos nosso diálogo a partir do conceito de "metáforas discursivas", cunhado por Daltoé (2011), mas corolário do fundador da análise de discurso (AD), Michel Pêcheux. Verificaremos como elas assumem um papel anfíbio no discurso jornalístico. Para concluir, empreenderemos a análise, propriamente dita, com vistas a examinar quais são os deslocamentos que as metáforas de *Veja* agenciam.

2 *Veja* denomina como neopeleguismo, no texto publicado no dia 04 de junho de 2008, um novo modo de comportamento instituído no seio do sindicalismo brasileiro. Discursivamente, os sentidos que a revista tenta associar aos representantes sindicais são de que eles continuam sendo pelegos. Esta é uma gíria utilizada no meio sindical para indicar sindicalistas que cedem às pressões patronais, "vendem" os direitos dos trabalhadores. Porém, agora, de uma forma ainda mais ostensiva e arrojada.

Derivas/deslizes de sentido: patinando pelo gelo do discurso

Aventurar-se pelos caminhos do discurso, invariavelmente, é explorar um território cujas fronteiras são tênues. É patinar sobre o gelo, em que a qualquer momento, aquele tablado branco, liso, pode se estilhaçar, dando lugar a um lago de águas turvas e profundas. Ou, como prefere Eni Orlandi (2012) é andar sobre um solo movediço, onde as palavras estão sempre em movimento. É deste entendimento, que vê o discurso para além da dicotomia língua/fala e que o concebe não como um simples ato de transmissão de informação, mas como "efeito de sentidos entre locutores" (ORLANDI, 2012, p. 21), que nascem os conceitos de deslize e/ou deriva de sentidos. A linguagem, como atesta uma das mais experientes analistas de discurso no Brasil, Orlandi (2012), é marcada pela incompletude. Não há sujeito e, muito menos, sentido, fixo, duro, inflexível. Porém, como alerta a autora, isso não significa que o processo de significação não seja subjugado a regras.

O produto do dizer de um determinado sujeito é sintomático das condições em que ele é produzido e da memória discursiva. À ideologia, cabe o papel de fazer-nos pensar que somos donos desse dizer e de iludir-nos quanto a sua literalidade. O terreno discursivo, podemos assim classificar, está minado de armadilhas. É da "queda" em uma delas que resultam os deslizes ou derivas de sentido. Ao significar, o homem sucumbe aos estatutos, à necessidade, mas também ao jogo, ao acaso, à falha, como enumera Orlandi (2012). O deslize e a deriva, compreendidos pela autora como sinônimos, traduzem tais fissuras. "Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. A deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras" (ORLANDI, 2012, p. 53).

A visão de Orlandi é, de certa forma, uma releitura do posicionamento de Pêcheux. Conforme Lima (1999), é na crítica aos trabalhos de Louis Althusser sobre os aparelhos ideológicos do Estado, que o fundador da análise de discurso afirma que o equívoco é constitutivo da língua. A reflexão de Althusser propõe que os sistemas de reprodução interferem não só nas relações de produção,

mas nas de sentido, fato que incidia na estabilização das significações, deixando a heterogeneidade constitutiva da língua num segundo plano de análise. Ou melhor, quando não era ignorada, era tida como algo da seara do interpretável e não do descritível.

> (...) toda descrição (...) está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente) (PÊCHEUX, 1997, p. 53).

Mariani comunga das noções anteriores e assevera que os "sentidos existem nas relações de metáfora" (2005, p. 15). Diz a pesquisadora que, mesmo fluidos, os sentidos estão atrelados a uma cadeia de significantes – obviamente, sempre suscetíveis à ruptura –, que esbarra nos enlaçamentos pontuais feitos pelos sujeitos. Esses atravessamentos, podemos deste jeito nomear, não são indiferentes a este sujeito. Têm a ver com a história, a memória, o esquecimento e com a subjetividade (MARIANI, 2005, p. 15). Além disso, a autora conjectura: "Se os sentidos são múltiplos, se só existem em relações de metáfora, se existem como potência no próprio da língua, se só se manifestam materializando-se nesses momentos de enlaçamento com determinadas imagens acústicas, por onde eles circulam?". Só podemos responder a essa questão levando em consideração a hipótese, formulada por Orlandi, de que "o silêncio é a própria condição de produção da linguagem. (...) O sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo. A falha e o possível estão no mesmo lugar, e são função do silêncio" (ORLANDI, 1992, p. 71).

Ao aproximarmos a fala de Mariani (2005) da prática jornalística, prognosticamos quantas são as suas remissões. A escolha das fontes, o posicionamento na página, a apuração dos dados, a angulação e o tom dado à reportagem, as linhas editoriais, a formação do sujeito jornalista, entre outros aspectos, se dão no silêncio. Em outras palavras, são critérios que não estão claramente postos aos leitores, mas que, igualmente, transpiram sentidos. É

preciso salientar ainda que a natureza fugidia da língua é outro fator, quiçá o determinante, instituindo que todo dizer pode ser sempre outro. O "real" de um dado fato é, indiscutivelmente, um "real" recortado, fruto da opção por palavras que se filiam a uma formação discursiva (FD). Sobre a relação deslize/deriva *versus* formação discursiva, Furtado é quem tece o raciocínio:

> O sentido de um enunciado sempre pode deslizar e tornar-se outro, de acordo com a Formação Discursiva à qual está relacionado. As palavras, expressões ou proposições mudam de sentido ao passar de uma FD para outra. Assim como palavras literalmente diferentes podem ter sentido semelhante dentro de uma mesma FD (FURTADO, 2011, p. 29).

A noção de FD foi, primeiramente, elaborada por Michel Foucault. Apropriada e amadurecida por Pêcheux, ela se desenvolve nos marcos do marxismo, contrariando a ideia foucaultiana de regularidade. Pêcheux define formação discursiva como "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito" (FOUCAULT, 1988, p. 160). *Veja* e suas metáforas estão no bojo desse preceito. A cada novo discurso, agora permeado ou não pela figura de linguagem em si, sentidos desembocam num lugar provisório, que está prescrito no interdiscurso.

> Um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção do sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é "produzido como causa de si", na forma-sujeito do discurso, sob o efeito do interdiscurso (PÊCHEUX, 1988, p. 261).

Pelo modo como tem discursivizado temas referentes ao universo da classe trabalhadora – algumas categorias específicas de trabalhadores, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)[3], grupos minoritários da sociedade etc. –, podemos afirmar que, predominantemente, *Veja* filia-se à formação discursiva *dos discursos hegemônicos*. Primeiro, porque a revista faz parte de um dos mais

3 Para saber mais, consultar Souza (2004).

poderosos grupos editoriais do Brasil, a Editora Abril[4], e, por isso, está engajada numa lógica de mercado. Mas não sejamos ingênuos quanto ao posicionamento dos demais veículos de comunicação. Como atenta B. Mariani "(...) é a imprensa 'um dos instrumentos mais importantes no alto capitalismo'" (1998, p.101). Em segundo lugar, porque logo em sua edição número 1, fez questão de deixar claro no editorial que, entre as bandeiras que levantaria a partir daquele instante, uma delas seria a da livre iniciativa, preceito máximo da política neoliberal. E, ultimando, por haver uma larga enciclopédia de pesquisas que acolhem nossas certezas.

Sem nos atermos, particularmente, ao dispositivo *Veja*, passaremos agora à análise de como a metáfora atua no discurso jornalístico, prenunciando algumas de suas possíveis implicações.

A metáfora no discurso jornalístico: uma linguagem anfíbia

Anfíbio é termo que denomina seres que conseguem sobreviver em ambientes diversos, água e terra. A metáfora pode ser considerada anfíbia no discurso jornalístico por trafegar –aliás, com desenvoltura ímpar – do campo literário para o jornalístico[5]. É anfíbia por perambular pelos diferentes dispositivos midiáticos, desde o jornal impresso até a internet, mas, acima de tudo, pela capacidade de assumir, aos olhos da análise de discurso, sempre um "sentido outro". Ela pode transitar entre formações discursivas e, com isso, revirar uma ordem semântica estabilizada.

Quando se lida com fatos, como é o caso da narrativa jornalística, não há como almejar uma literalidade. Não existe uma expressão, uma palavra, que possua um sentido que lhe seja próprio, como reitera Pêcheux (1988). Daí a metáfora ser constitutiva também do discurso jornalístico. Ainda na perspectiva do autor, a metáfora é:

---

4 Segundo informações disponíveis no site do grupo Abril, a empresa é dona de 52 títulos, líder em 22 dos 26 segmentos que atua, faz circular 192 milhões de exemplares por ano, possui 28 milhões de leitores e 5 milhões de assinantes (GRUPO ABRIL, 2013).

5 Neste momento, nosso tratamento é tão somente enquanto figura de linguagem, em sentido conotativo.

> (...) processo sócio histórico que serve como fundamento da *"apresentação" (donation) de objetos para sujeitos*, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não metafórico, para o qual o objeto seria um dado "natural", literalmente *pré*-social e *pré*-histórico (PÊCHEUX, 1988, p. 132, grifos do autor).

No horizonte teórico do autor francês, a metáfora não pode ser encarada como um cumulativo de sentidos que resultaria num terceiro sentido, produto da soma destes dois comutáveis. Na visão de Pêcheux (1988), ela ocupa-se de um outro espaço do dizer, que desestabiliza elementos postos em relação. Entre o "*mesmo e o diferente*, algo se move e o mesmo já é outro" (DALTOÉ, 2011, p. 140, grifo nosso). Esse, digamos, é o conceito mestre das metáforas discursivas (MD), concebido por Daltoé, para tratar a deriva dos sentidos que as metáforas de Lula promovem na língua política.

> (...) a MD representa um processo que desloca/descola sentidos por meio de relações metafóricas, que não são da ordem de uma equivalência, mas da ordem de um conflito, de uma disputa, marcando-se pelo duplo trabalho de produzir/introduzir um novo modo de enunciar na língua política, ao mesmo tempo em que questiona/revira sentidos estabilizados (DALTOÉ, 2011, p. 196).

A condição deslizante da metáfora é o que guarda sua principal diferença em relação à paráfrase. Orlandi alega que os "processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória" (ORLANDI, 2012, p. 36). Isso equivale a dizer que, enquanto a paráfrase está para a estabilização, a metáfora está para o equívoco. O relato jornalístico passeia entre esses dois polos. Sua modalidade de *discurso sobre* pode tanto conectar-se discursivamente a um "já lá", e "essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo" (MARIANI, 1998, p. 61). Pode também ocorrer um gesto de atualização dessa retórica, fazendo com que sentidos cimentados, institucionalizados pela própria imprensa, sejam reorganizados de outro modo.

Não esqueçamos ainda, como dito no instante precedente, que as páginas que estampam os discursos jornalísticos[6] velam silêncios, encobrem os movimentos do sujeito, que são característicos da linguagem e estão dispostos a desarrumar o campo das evidências de um mundo semanticamente normal. A análise de discurso já provou que as tramas jornalísticas, mesmo que necessitem deontologicamente escorar-se em pressupostos como objetividade, neutralidade, não são fruto de engrenagens exatas, produto de concepções imparciais.

Isso nos leva a crer que a noção de metáfora discursiva está apta a nos auxiliar a entender o funcionamento da metáfora na revista *Veja* e, consequentemente, descortinar seus pontos de deriva. Daltoé elucida: "(...) [MD] não coloca em jogo relações entre dois elementos que se aproximam por algum grau de semelhança, por um *comum entre* eles, mas ressignificam num espaço de litígio discursivo que, nas palavras de Pêcheux, *representa uma tomada de posição a favor de certas palavras, contra outras*" (DALTOÉ, 2011, p. 192, grifo nosso).

Veja é conhecida pela sua linha editorial, que nada mais é, do que uma espécie de carta de compromisso ideológico e mercadológico do veículo. A reportagem a seguir não nos reserva grandes surpresas quanto a tais opções, mas coloca em relevo uma outra maneira de "noticiar" e significar a política partidária brasileira e, por ilação, o sindicalismo. Nesse recorte discursivo, o afamado Paulinho da Força Sindical é o pivô das metáforas articuladas pela semanária.

Veja e suas metáforas: quando o político deriva para o sindical

Veja destinou as páginas 154 e 155 da primeira edição do mês de junho de 2008 para denunciar o suposto envolvimento do deputado do PDT, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, no recebimento de propina de uma quadrilha acusada pela Polícia Federal de vender facilidades no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Uma única frase do *lead* presta tal informação. Todo o restante da reportagem dá conta de aventar quem são os "agentes" que estão trabalhando ou para culpabilizá-lo ou inocentá-lo das ações.

6 Essa é apenas uma força de expressão, haja vista que o funcionamento é o mesmo em outras plataformas midiáticas.

Frente a essa sinopse, comecemos a análise concentrando nossos esforços em relação ao chapéu da matéria[7]. Ele é a marca discursiva que, para além de condensar o modo como *Veja* entreteceu os sentidos para o acontecimento em questão, é o indicativo inicial do contrato de leitura que estabelecerá com seu público. *Veja*, por meio do repórter Diego Escosteguy e dos editores envolvidos na edição do texto, cobre a cabeça do episódio com a cartola[8] *Polícia*. Fazendo isso, joga a informação, que poderia ser classificada na categoria de *Política*, para um lugar cuja materialidade linguística é o crime, as ações ilícitas. Indiretamente, temos uma metáfora, como coloca Romão, rasgando a carne do discurso.

> Apenas a metáfora "chapéu da notícia" já seria motivo para uma discussão avantajada: trata-se de algo que cobre a cabeça da notícia, similar a um assessório de acabamento que finaliza o produto, uma indumentária que fica em posição de destaque, bem visível e reina acima do corpo para adornar, destacar e atribuir respeitabilidade, prestígio político e importância social. Essa peça do vestuário humano identifica o poder de seu usuário e deve se encaixar bem ao tamanho e à conformação de sua cabeça; do mesmo modo, supõe-se que, no discurso jornalístico, ela funcione do mesmo modo, cabendo e encaixando-se no corpo da notícia (ROMÃO, 2005, p. 245).

Adentrando, especificamente, o território das metáforas, ocupamo-nos do título *Forças ocultas* (sequência discursiva 1 e 2). Ele é o segundo elemento jornalístico que encontramos disposto nas duas páginas que noticiam o assunto que se presta essencialmente a fraturar a teia de significados do sindicalismo, transportando-os para a da política/partidária brasileira. O enunciado mais importante da reportagem remete a algo do universo sobrenatural – usual no campo esotérico – para o da política e, posteriormente, do sindical. Lança-se mão de um trocadilho, mas não apenas para dizer que existem influências "desconhecidas" que estão tentando manipular uma possível cassação do deputado Paulo Pereira da Silva. Ele é construído com vistas a realizar o atrelamento, imediato, do "Forças" à "Força" (Sindical), embora a pauta verse sobre o sujeito na sua posição política e não sindical.

---

7 Usaremos aqui o termo "matéria" como sinônimo de reportagem.

8 "Cartola" ou "chapéu" são sinônimos na linguagem jornalística.

Convém lembrar que essa metáfora recupera na memória discursiva a origem, no Brasil, dessa central. Ela foi criada com intuito de defender o "sindicalismo de resultados", justamente em contraposição à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que inaugurou o "sindicalismo combativo", em meados da década de 1980. O "inexplicável", como alusão à política sindical adotada, sempre esteve do lado da Força. Daltoé nos ajuda a compreender: "(...) a metáfora materializa que os sentidos podem ser sempre outros, não qualquer um, porque são determinados ideologicamente, mas sempre outro(s), deslizando e significando de diferentes maneiras" (DALTOÉ, 2011, p. 124). As próximas sequências discursivas dão conta de aproximar o parlamentar do mercado de trabalho formal:

- Sequência discursiva 3 – "O deputado do PDT Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, fez carreira à frente da Força Sindical servindo por baixo ao grande empresariado. Mudou de patrão no governo Lula, mas agora está prestes a ser demitido".

- Sequência discursiva 4 – "(...) Paulinho pode ser demitido por justa causa – do cargo de presidente da Força, da direção do PDT, do mandato parlamentar, da vida política".

- Sequência discursiva 5 – "Paulinho vai ter de usar toda a experiência que acumulou nos quase vinte anos de sindicalismo para manter a própria estabilidade no emprego".

- Sequência discursiva 6 – "Ou seja, é o verdadeiro operário-padrão [9]o sindicalismo de resultado: acumula a presidência do Codefat com a faina na Câmara, a função de empresário e as atividades como consultor da Força".

Aqui, o intercâmbio das palavras não se reduz à substituição de elementos lexicais. Há, nessas sequências discursivas, uma quebra de sentidos estáveis. Não se trata apenas de simplificar questões políticas, torná-las mais acessíveis aos leitores, mas de uma estratégia que se afina à formação discursiva dos discursos reproduzidos por *Veja*: de criminalização dos movimentos sociais e do sindical.

9 A referência, nesse caso, é a Luiz Fernando Emediato, presidente do conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e consultor da Força Sindical.

Quando o deputado é taxado como "sindicalista que serviu por baixo a classe patronal", quando diz que ele "mudou de patrão", que "pode ser demitido por justa causa", quando fala em "estabilidade no emprego" e "operário padrão", a revista desestabiliza lugares previamente assinalados na política partidária/institucional.

Para exemplificarmos com um caso, não há como um parlamentar ser "demitido", uma vez que foi eleito democraticamente. Por isso, ao conduzir sentidos do ambiente do trabalho/sindical para o da política/partidária/institucional, a publicação se vale de uma memória para robustecer a trama de sentidos pejorativos que vem criando para os dois campos. No vasto vocabulário metafórico da publicação, a cada novo enunciado sobre o escândalo político que envolve o nome de Paulinho, os sentidos escapam de si mesmos. Observemos a seguir:

- Sequência discursiva 7 – "O sindicalista também passou a apanhar nos bastidores".
- Sequência discursiva 8 – "Na semana passada VEJA apurou mais dois exemplos do tipo de trabalho que está empurrando Paulinho para o cadafalso político".

Ainda que não fossemos assistir a nenhuma novidade na cena política brasileira, Paulinho não foi agredido fisicamente pelos seus companheiros, sejam eles congressistas ou sindicalistas. A movimentação velada, sorrateira, que está se dando na Câmara dos Deputados para que ele perca seu mandato e suas funções públicas resvala, discursivamente, para os tatames ou, na melhor das hipóteses, para a luta corporal a fim de forjar a identidade – violenta – dos políticos e sindicalistas do país.

Na sequência discursiva 8, *Veja* usa o "cadafalso", a forca, para promover, assim, mais uma movência discursiva. Paulinho é relacionado semanticamente aos autores de crimes bárbaros. O enforcamento ainda é utilizado como uma das formas de pena de morte em muitos países. Afora isso, nesse trabalho de deslizamento de sentidos, a revista dialoga com a parcela da população que sabe o que significa um "cadafalso", certamente, aqueles que possuem um maior nível de escolaridade. Se levarmos em conta que seu público leitor é composto,

em sua grande maioria, pelas classes B e C[10], pudemos inferir que parte desses interlocutores foi alijada desse entendimento[11]. Situação que, em última análise, delata que os sentidos mobilizados por algumas metáforas do veículo privilegiam uma camada social em detrimento de outras.

A sequência discursiva seguinte representa uma metáfora criada pelos próprios dirigentes da Força Sindical. Como eles mesmos reconhecem, é dedicada a arremessar o movimento sindical para a formação discursiva da contravenção, do "fora da lei", reiterando o discurso de *Veja*.

- Sequência discursiva 9 – "O sindicato das 'Duas Rodas', como é conhecido dentro da Força, nasceu como uma dissidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus. Como a lei só permite um sindicato por região, o 'Duas Rodas' rodava ilegalmente".

O "Duas Rodas" sintetiza metaforicamente um carro "capenga", impossibilitado de andar e deriva para um sindicato "ilegal". No entanto, guarda, no seu interdiscurso, a fragilidade, a inconsistência e, mais do que isso, a deslegitimidade dessas instituições. Ele vem sendo, sistematicamente, alimentado pela posição editorial de *Veja*, não sendo novidade a maneira como ela trata discursivamente os movimentos sociais, sindical. Mas, é no desfecho da reportagem que são tramados os discursos que consubstanciam a formação discursiva do funcionamento político do Brasil em geral. A ideia é de que vale o jeitinho, a malandragem, que, no caso de Paulinho, tem a gênese na atuação sindical, não podemos esquecer.

- Sequência discursiva 10 – "Embora o vento político sopre contra Paulinho, o calendário eleitoral joga a seu favor".

---

10 Dados do site da Publiabril (2013) indicam que 21% dos leitores de *Veja* pertencem à classe A, 50% à classe B e 26% à classe C.

11 Primeiro, porque entre a gama de leitores de *Veja* não estão, exclusivamente, aqueles localizados entre as classes A, B e C. Como veículo de comunicação do gênero revista, ela circula por diversos recintos, está disponível na íntegra sempre na semana seguinte à sua veiculação impressa. Está também na internet, com acesso liberado para não assinantes. Em segundo lugar, porque a média de escolaridade da classe C, que, como vimos, representa a segunda parcela dos que mais leem a revista, é de somente 7,18 anos. Os dados se referem à população com 25 anos ou mais e compreendem os anos de 1992 a 2009. Eles estão disponíveis no relatório *A nova classe média*: o lado brilhante dos pobres, produzido pela Fundação Getúlio Vargas e disponível no site: www.fgv.br/cps.ncm.

- Sequência discursiva 11 – "(...) Paulinho conta com essa diáspora para que os deputados do Conselho de Ética não tenham tempo de analisar seu processo - na esperança de que o caso definhe na memória do público (...)".

- Sequência discursiva 12 – "Mas o relógio não parece ser o único aliado do sindicalista".

- Sequência discursiva 13 – "'Ele é meu', garantiu o sindicalista".

Nessa montagem discursiva ressoam fragmentos da memória, como dito acima, que cedem lugar a "filiações identificadoras capazes de gerar efeitos de sentido" (LIMA, 1999, p. 260). Esses são: mesmo que "forças ocultas" conspirem contra Paulinho, o afamado modelo político-eleitoral beneficia-o, tendo sido sedimentado discursivamente como o período em que as eleições viram prioridade na pauta dos agentes políticos. E o implícito é o de impunidade, que termina sendo vitaminado pelas metáforas da "diáspora", evasão dos parlamentares do Congresso; do "definhamento na memória do público", cair no esquecimento; e do "relógio (...) aliado", tempo hábil.

Já a sequência discursiva 13 corporifica aquilo que Lima assegura como sendo instintivo ao discurso: "o enunciado pode ser visto como pontos de deriva possíveis (...)" (LIMA, 1999, p. 259). "Ele" – nesse caso o presidente do Conselho de Ética, Sérgio Ivan Moraes – é o que de Paulinho? A subtração do termo, no entanto, não impede que *Veja* finalize o traçado desta ponte discursiva. É o tão valioso apoio político do deputado gaúcho a que o dirigente da Força Sindical faz menção, à deriva na tessitura discursiva. O "Ele é meu" não deixa dúvidas. Antes mesmo de qualquer julgamento por parte de Ivan Moraes, o sindicalista está certo de que está "protegido". Escorrem sentidos pela declaração de Paulinho que, novamente, de antemão, paradoxalmente questionam a ética do presidente do Conselho de Ética. E se ainda havia objeções, por Paulinho ter sido o autor da fala, o veículo, ao término do texto, convence o leitor de que ela tem razão de ser.

- Sequência discursiva 14 – "Depois de repetir o velho bordão de que não vai condenar ninguém sem provas, o deputado explicou didaticamente seu

gelatinoso padrão moral: 'Cachorro que não tem pulga ou teve ou vai ter. Quem não tem defeitos?'".

- Sequência discursiva 15 – "Paulinho, portanto, será julgado pela ética canina, mas a dos vira-latas. Pode ser sua salvação".

O "didaticamente gelatinoso", enunciado que antecede a fala do deputado Sérgio Moraes, portanto de autoria de *Veja*, não recupera na memória somente a falta de consistência deste alimento. Ele tampouco pressupõe o não entendimento por parte do interlocutor do seu discurso. Visa, sim, significar o gelatinoso padrão moral pelo modo como se inscreve na formação discursiva a qual se filia. Relembrando, os discursos hegemônicos. E para fechar, são os "cães", o mundo animal, os responsáveis por suscitar a deriva de sentidos que o deputado, dá à classe política em consórcio com a revista. Isso haja vista que as escolhas das declarações são de incumbência do repórter e editor. Esta situação vai ao encontro do último ato discursivo de *Veja*.

A inexistência de códigos formais de ética entre os animais, personificada pelos "cachorros vira-latas", é mais um sentido que desliza para o cabedal semântico do panorama político/partidário do Brasil. E são suas características, verbalizadas à guisa do que num olhar apressado pareceria poético ou de embelezamento da linguagem, aprisionar sentidos depreciativos aos políticos e aqui, de quebra, aos sindicalistas, tais como "gelatinosos".

Esse foi o repertório discursivo que inscreveu *Veja* numa formação ideológica que condena – previamente e sem que essa seja sua função – e repudia o movimento sindical e a então conjuntura política do país. Retomando Orlandi, o "trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá (...)" (ORLANDI, 2012, p. 49). Tal situação foi executada pelo veículo, delatando sua posição política, pelas metáforas. Mesmo esburacado, o discurso de *Veja* revelou injunções ideológicas que estão amalgamadas numa memória que ela mesma retroalimenta.

Considerações finais

Ao nos socorrermos da definição de metáfora discursiva e fazermos dela a reguladora de nossa análise, voltamos a nos convencer do caráter volátil do discurso. Quando é o discurso jornalístico que está no âmago do debate, reiteramos essa evidência. Contudo, a presença exaustiva das metáforas no discurso das páginas cintilantes das revistas informativas do país deixa flancos para muitas outras ponderações. Elas são donas de uma personalidade singular, logo, de um discurso, igualmente, peculiar.

Nesse ensaio, em que uma reportagem de *Veja* nos serviu de suporte analítico, vimos que as metáforas fazem muito mais do que apenas adornar a narrativa numa dimensão literária, de senso comum. Insistiríamos no erro se afirmássemos que seu emprego serve para "aclarar" o texto, num sentido cognitivo, como propuseram Lakoff e Johnson (2002). Ao nos abrigarmos no conceito de metáfora discursiva, depreendemos que a reportagem/notícia, permeada por metáforas, fez os sentidos dançarem. Eles, literalmente, saltitaram de uma cadeia semântica a outra, dando outra feição ao acontecimento jornalístico em questão.

Ao recuperar sentidos, cuja materialidade discursiva repousa no sindicalismo para um fato que trata da política/partidária, a publicação termina desinstalando saberes e instaurando outros. Com isso, compromete um repertório que se pretende equânime. Inevitavelmente, o discurso sempre será o "lugar da diferença, da heterogeneidade, do litígio, para que, nele, seja possível observar os sentidos que não se deixam asfixiar, que não se deixam aprisionar" (DALTOÉ, 2011, p. 210). Por mais que o discurso jornalístico funcione em direção oposta, de controlar, abreviar as possibilidades semânticas, as palavras e as metáforas, como um conjunto delas, guardam na sua natureza um gene subversivo.

Referências

DALTOÉ, A. *As metáforas de Lula*: a deriva dos sentidos na língua política. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FURTADO, T. *As lacunas de sentido no discurso jornalístico*: do repórter ao editor da revista *Veja*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GRUPO ABRIL. *Apresenta informações gerais sobre o grupo Abril*. Disponível em: http://www.grupoabril.com.br/. Acessado em: 20 jun. 2013.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LIMA, R. "O enunciado: pontos de deriva possíveis". In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. (org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra, 1999.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa*: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

_____. "Silêncio e metáfora, algo para se pensar". In: *Anais do II Seminário de estudos em análise de discurso*, 2005, Porto Alegre. Disponível em: http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/BethaniaMariani.pdf. Acessado em: 10 mai. 2013.

ORLANDI, E. *Análise de discurso*: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

PUBLIABRIL. *Apresenta informações sobre a publicidade das marcas Abril*: notícias, oportunidades, calendários, preços. Disponível em: http://www.publiabril.com.br/. Acessado em: 10 jun. 2013.

ROMÃO, L. M. S. "Mais de perto, mil faces secretas sob a face neutra: considerações sobre a heterogeneidade no discurso jornalístico". *Revista Signótica*, Goiânia, vol. 17, n. 2, 2005 p. 233-250.

SOUZA, F. *Do silêncio à satanização*: o discurso de veja e o MST. São Paulo: Annablume, 2004.

submetido em: 03 set. 2013 | aprovado em: 07 fev. 2014